

LIDERAR A PARTIR DAS RUAS

Salil Shetty, Secretário Geral

Mudança, coragem e conflito, todos caracterizaram o ano de 2011 – um ano em que as pessoas se revoltaram contra os governos e outros atores poderosos em número inédito nas últimas décadas. Protestaram contra os abusos de poder, a falta de responsabilização, a crescente desigualdade, a pobreza cada vez mais profunda e a ausência de liderança a todos os níveis do governo. O contraste entre a coragem dos manifestantes que exigiam os seus direitos e o fracasso das lideranças em corresponder a essa coragem com ações concretas para construir uma sociedade mais forte no respeito pelos direitos humanos foi dolorosamente aparente.

No início, parecia que os protestos e tumultos seriam limitados a países onde o descontentamento e a repressão eram previsíveis. Mas à medida que o ano foi avançando, tornou-se claro que o fracasso dos governos em garantir justiça, segurança e dignidade humana dava origem a protestos em todo o mundo. De Nova Iorque e Moscovo a Londres e Atenas, de Dakar e Kampala a La Paz e Cuernavaca, de Phnom Penh a Tóquio, as pessoas saíram à rua.

No Médio Oriente e no Norte de África, a faísca inicial foi a indignação e desespero de um jovem tunisino que, alimentada pela ira de milhares de manifestantes, incendiou o país e derrubou o governo do presidente Ben Ali. À medida que os protestos se espalhavam pela região, os governos ocidentais foram apanhados desprevenidos. Sabiam que a fúria dos manifestantes contra a repressão e falta de oportunidades económicas era justificada, mas não quiseram perder a "relação especial" com os governos repressivos que viam como garantes contra a instabilidade numa região estratégica e com significativas reservas de petróleo e gás natural.

A resposta dos governos aos protestos pacíficos na região tinha sido brutal e frequentemente letal. O número de pessoas mortas, feridas ou presas por exercerem os seus direitos cresceu de forma sustentada. Dezenas de milhares tinham sido deslocados e alguns fizeram a perigosa travessia do Mediterrâneo em busca de refúgio. O espectro da chegada de um número significativo de refugiados provenientes do Norte de África conduziu a uma retórica ainda mais xenófoba por parte de alguns políticos europeus.

No Egito, já passou mais de um ano sobre a queda do presidente Hosni Mubarak e a tomada do poder pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), que prometeu desempenhar um papel de transição. Muitos acreditam que o SCAF está a instigar ou a tolerar a violência para legitimar o argumento de que apenas um Estado governado pelos militares é suficientemente forte para garantir a segurança.

Mas talvez o que é mais perturbador no Egito é que mais de 12 mil civis foram julgados pelos militares ou levados perante o sistema judicial militar – mais do que durante os 30 anos de poder de Mubarak. O levantamento do estado de emergência, um dos principais instrumentos de abuso, era uma das principais exigências dos manifestantes. Contudo, o governo interino, tal como o governo de Mubarak, alegou que necessitava dos poderes especiais conferidos pelo estado de emergência para garantir a segurança.

Outra prática do governo de Mubarak que teve seguimento foi o desalojamento forçado de pessoas residentes em estabelecimentos informais. A grande maioria das vítimas da Revolução de 25 de Janeiro pertencia a comunidades marginalizadas, incluindo os residentes em estabelecimentos informais ou bairros degradados. Os egípcios vivem há décadas sob o jugo daquilo que o governo considera como segurança – eles merecem melhor.

As mulheres, particularmente, sofreram bastante sob o poder militar. Em março de 2011, um grupo de mulheres jovens que se manifestavam na Praça Tahrir foi detido pelas forças de segurança. Foram submetidas a testes de virgindade forçados e ameaçadas pelos militares. Em dezembro, um tribunal administrativo egípcio considerou a prática ilegal e ordenou que as mulheres detidas deixassem de ser submetidas a testes de virgindade forçados. Este foi um passo positivo, mas a promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de género ainda tinha um longo caminho a percorrer, muito embora as mulheres tivessem desempenhado um papel central nos protestos. Quando a Amnistia Internacional exortou os vários partidos políticos egípcios a assumirem o compromisso de proteger princípios básicos dos direitos humanos, como a liberdade de expressão e reunião, a abolição da pena de morte, liberdade religiosa, não discriminação e igualdade de género, os dois partidos mais votados nas eleições parlamentares deixaram muito a desejar. O Partido da Liberdade e Justiça, braço político da Irmandade Muçulmana, que conquistou 235 lugares (47 por cento), não respondeu ao pedido da Amnistia Internacional. O partido salafista Al-Nur, que ficou em segundo lugar com 121 lugares (24 por cento), recusou promover os direitos das mulheres ou defender a abolição da pena de morte.

Na Líbia, o coronel Mu'ammarr al-Gaddafi respondeu aos protestos nas ruas jurando destruir os manifestantes, a quem repetidamente chamou "ratazanas". Ele e o filho, Saif al-Islam – anteriormente o "paladino das reformas na Líbia" – declararam caça aberta a todos aqueles considerados infiéis ao regime. A decisão sem precedentes do Conselho de Segurança da ONU de referir o caso da Líbia para o Tribunal Penal Internacional enviou um forte sinal sobre a importância da responsabilização. Não obstante, o país mergulhou num conflito armado. Quando al-Gaddafi foi morto sob custódia em outubro, as suas forças tinham sequestrado e torturado milhares de combatentes da oposição capturados e outros detidos. Centenas de milhares de pessoas tinham fugido ao conflito, resultando numa deslocação em massa. A Líbia permanece instável: o Conselho Nacional de Transição não controla totalmente o país e a

tortura, as execuções extrajudiciais, outras formas de represálias e deslocamentos forçados continuam.

O Irão prosseguiu com a repressão iniciada pouco depois das eleições de 2009 e mostrou-se disposto a prender praticamente todos os que fossem identificados como uma ameaça ao presidente Ahmadinejad. O governo controlou apertadamente a comunicação social, encerrou jornais e websites e bloqueou canais de televisão por satélite estrangeiros. Os protestos contra as políticas governamentais são dispersados com violência e os críticos do governo são detidos arbitrariamente. No entanto, as pessoas continuam a defender o seu direito à liberdade de expressão.

O mundo assistiu a este padrão de protestos e respostas letais, país após país. No Bahrein, o governo, apoiado pelo poderio militar da Arábia Saudita, reprimiu manifestações. Em junho, a Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton reiterou o apoio dos EUA ao país, considerando o Bahrein um "importante parceiro", apesar das provas esmagadoras do uso de força letal por parte do governo contra manifestantes pacíficos e da detenção e tortura de líderes da oposição. A sua relutância em criticar o Bahrein refletiu o desejo do governo norte-americano em garantir que o país continue a ser a base da 5.ª Esquadra, mesmo que isso signifique ignorar violações gritantes dos direitos humanos.

No Líbano, o presidente Ali Abdullah Saleh também recusou abandonar o poder, mesmo depois de ter sido gravemente ferido num ataque à bomba. Recusou repetidamente após ter assinado acordos para a transferência do poder, apesar dos protestos generalizados a nível nacional exigindo a sua demissão. Finalmente, em novembro de 2011, cedeu o poder em troca de imunidade pelos crimes cometidos durante o seu regime e durante a revolta popular. Ali Abdullah Saleh deixou o poder nas mãos do vice-presidente Abd Rabbo Mansour Hadi, que tomou posse como chefe de Estado após eleições sem concorrência em fevereiro de 2012.

Na Síria, o presidente Bashar al-Assad agarrou-se teimosamente ao poder face à revolta popular generalizada contra a sua governação repressiva. Milhares de civis foram mortos ou feridos e muitos mais deslocados. A utilização de tanques por parte do Exército sírio para bombardear a cidade de Homs demonstrou um completo desrespeito pelas vidas dos habitantes locais. Membros do Exército sírio que desertaram e fugiram do país denunciaram terem recebido ordens para matar pessoas envolvidas em protestos pacíficos e, nalguns casos, apenas por andarem na rua. O Representante Especial da ONU para Crianças e Conflitos Armados informou em fevereiro de 2012 que centenas de crianças foram mortas durante a revolta, e que crianças de 10 anos foram detidas e torturadas.

A comunidade internacional tem um papel fundamental a desempenhar na criação de justiça e segurança para as pessoas da região. No entanto, até à data, as ações internacionais têm sido, na sua maioria, desadequadas.

PODER, RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO

A comunidade internacional teve dificuldade em responder de forma eficaz. O medo, a oportunidade, a hipocrisia e as boas intenções fizeram parte do debate.

Em 2011, a Liga Árabe esteve no centro das atenções ao tentar resolver problemas em vários países da região. O seu apoio à resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia foi crucial para garantir que nenhum dos cinco membros permanentes exercesse o seu direito de veto. Mas, sem dúvida bloqueado pelo receio de alguns dos seus membros de que os protestos se alargassem aos seus países, este órgão regional não conseguiu acabar com a repressão e a brutalidade.

Enquanto a situação na Síria se deteriorava, a Liga Árabe enviou uma missão de monitorização para o país. Mas a legitimidade da missão foi imediatamente colocada em causa quando a Liga Árabe nomeou o general Mohammed Ahmed Mustafa al-Dabi, antigo chefe dos serviços de informações militares do Sudão, para a liderar. Sob a direção de al-Dabi, os serviços de informações militares foram responsáveis por detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e tortura de inúmeras pessoas no Sudão. A missão suspendeu as suas atividades no final de janeiro de 2012, porque a violência impediu os monitores de fazerem o seu trabalho. Uma tentativa posterior de enviar forças de manutenção de paz para o país também falhou. O antigo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, foi nomeado como enviado conjunto da ONU e da Liga Árabe para a crise síria no final de fevereiro.

Quando a Liga Árabe pediu ao Conselho de Segurança da ONU para cumprir o seu papel de garante da paz e segurança internacionais, a Rússia e a China, alegando o princípio da soberania dos Estados, vetaram a resolução que apelava ao fim da violência e à demissão do presidente al-Assad. A Rússia justificou ainda o seu veto criticando a intervenção da NATO na Líbia por ter ultrapassado o seu mandato de proteger civis.

O uso do poder de veto para subverter a paz e a segurança internacionais não é uma novidade. A Rússia (e antes a URSS) e os EUA usaram mais de 200 vezes o direito de veto entre ambas – muitas das vezes por questões políticas óbvias. O fracasso do Conselho de Segurança da ONU em agir de forma eficaz na Síria, que surge após o seu fracasso em intervir no caso do Sri Lanka, levanta sérias questões sobre se terá vontade política para salvaguardar a paz e a segurança internacionais. Serve igualmente para lembrar aqueles que procuraram a proteção da ONU que o sistema de governação internacional não tem qualquer tipo de responsabilização. Parece que os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU defendem a soberania dos Estados quando esta protege o seu próprio comportamento do escrutínio, ou ajuda a manter as suas relações especiais (e lucrativas) com governos repressivos.

O veto russo da resolução do Conselho de Segurança da ONU foi seguido por relatos da continuação de venda de armas por parte da empresa estatal de

comércio de armamento da Rússia, Rosoboronexport, ao governo sírio, incluindo um acordo para a venda de aviões de combate. Um antigo auditor do Ministério da Defesa da Síria que desertou em janeiro de 2012 informou que a venda de armas russas à Síria tinha aumentado drasticamente desde o início da revolta.

Talvez não seja surpreendente que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU sejam também os maiores países vendedores de armamento convencional. Juntos, foram responsáveis por pelo menos 70 por cento das exportações de armamento em 2010: EUA (30 por cento), Rússia (23 por cento), França (8 por cento), Reino Unido (4 por cento) e China (3 por cento). Por todo o mundo, o fluxo irresponsável de armas provenientes destes cinco países causou inúmeras mortes civis, bem como outras violações graves dos direitos humanos e das leis da guerra.

A Amnistia Internacional documentou a forma como os governos da Europa Ocidental, os EUA e a Rússia autorizaram o fornecimento de munições, material bélico e armamento policial ao Bahrein, Egito, Líbia, Síria e Iémen nos anos de brutal repressão que antecederam as revoltas populares. Estas exportações podiam ter sido travadas se os países fornecedores tivessem cumprido a sua política declarada de evitar vender armamento suscetível de contribuir para violações graves dos direitos humanos.

Fica a questão: Podem os mesmos países que são capazes de vetar qualquer resolução do Conselho de Segurança da ONU ser de confiança para lutar pela paz e segurança internacionais, quando eles são os que mais lucram com o comércio global de armas? Enquanto o seu poder de veto for absoluto e enquanto não existir um Tratado de Comércio de Armas robusto capaz de os impedir de vender armas a governos que violam os direitos humanos, o seu papel de guardiões da paz e da segurança parece votado ao fracasso.

O FRACASSO DA LIDERANÇA TORNA-SE GLOBAL

O fracasso de liderança que despoletou e alimentou os protestos populares no Médio Oriente e no Norte de África não esteve limitado ao Conselho de Segurança da ONU ou a uma região.

Os protestos antigovernamentais estenderam-se do Norte de África a outras partes do continente. No Uganda, apesar de o governo ter proibido todos os protestos públicos em fevereiro de 2011, as pessoas saíram à rua nas cidades de todo o país para protestar contra a subida dos preços dos combustíveis e outros bens essenciais. A polícia respondeu com a força. De igual modo, no Zimbabué e na Suazilândia as autoridades tentaram esmagar protestos usando força excessiva. Mostrando até que ponto alguns governos estavam dispostos a ir para se manterem no poder, foram usadas munições reais contra manifestantes em países como Burkina Faso, Malawi e Senegal.

Também na América Latina as pessoas levantaram a voz. Na Bolívia, as tensões sociais estão a aumentar por entre protestos recorrentes relacionados

com problemas económicos e direitos dos indígenas. Quando centenas de pessoas participaram numa marcha de 580 quilómetros entre Trinidad, no Departamento de Beni, e La Paz, em meados de 2011, o presidente Morales foi obrigado a cancelar os planos para construir uma estrada através do Parque Nacional e Território Indígena de Isiboro-Sécure. Os planos violavam as garantias constitucionais sobre consulta prévia e as leis de preservação ambiental. Dezenas de pessoas ficaram feridas nos protestos quando as forças de segurança usaram gás lacrimogéneo e bastões para dismantelar um acampamento improvisado durante a marcha. No México, manifestantes saíram repetidamente às ruas para exigir o fim da violência, da impunidade e da militarização da guerra contra a droga, por entre um crescente número de vítimas civis.

Na Rússia, os protestos são alimentados pela frustração relacionada com a corrupção, o compadrio e os processos democráticos pouco transparentes que negam às pessoas o direito de usarem o seu voto para forçar a introdução de reformas. As vozes da oposição na arena política têm sido sistematicamente enfraquecidas e impedidas de aceder aos meios de comunicação social, de modo a garantir que Vladimir Putin não tivesse adversário à altura nas eleições presidenciais. Como se não bastasse, Putin referiu-se aos manifestantes como "Banderlog", numa alusão aos macacos sem lei do Livro da Selva, de Rudyard Kipling, e comparou o seu símbolo de protesto, uma fita branca, a um preservativo. Contudo, os protestos fazem prever uma nova era na Rússia e colocam um conjunto de novos desafios a Putin e aos que o rodeiam. Terão de encontrar maneira de resolver estas exigências, agora que as reformas políticas e o respeito pelos direitos humanos foram definitivamente postos na agenda.

As autoridades chinesas mostraram que temem o tipo de levantamento popular visto na Tunísia ao agirem rapidamente para travar protestos. Em fevereiro, as forças de segurança chinesas saíram às ruas de Xangai em grande número para impedir que qualquer pequeno grupo se transformasse numa multidão. Apesar do apertado controlo sobre as comunicações digitais e o fluxo de informação, fontes oficiais deram conta de milhares de manifestações por todo o país. Os desalojamentos forçados, tanto na China rural como no cenário urbano, foram uma das principais causas de protestos na China. No Tibete, onde os controlos eram ainda mais apertados, mais de uma dezena de monges protestaram imolando-se pelo fogo, e as forças de segurança mataram vários manifestantes em janeiro de 2012.

Também as autoridades do Myanmar mostraram a sua preocupação com a possibilidade de tumultos públicos generalizados, ao tentarem mostrar uma face renovada e mais orientada para as reformas. O governo autorizou o registo da Liga Nacional Para a Democracia, de Daw Aung San Suu Kyi, para as eleições. Alguns exilados regressaram a casa. Até meados de janeiro de 2012, 600 prisioneiros políticos tinham sido libertados, muitos dos quais retomaram as suas atividades oposicionistas. Contudo, centenas de outros permaneciam atrás das grades, embora fosse difícil de avaliar o seu número exato. O

compromisso assumido pelo governo em permitir uma oposição política pacífica é encorajador, mas muito está para se ver.

DEMOCRACIA E ESVAZIAMENTO DE PODER

Quando os protestos explodiram no Médio Oriente, no Norte de África e em outros países onde a liberdade de expressão e de reunião eram tipicamente reprimidas, a maior parte dos governos democráticos mostrou-se confiante de que os tumultos populares ficariam "lá longe".

Com efeito, ocorreram protestos em todo o mundo, que serviram para sublinhar as limitações dos governos democráticos na promoção e aplicação dos direitos humanos.

As linhas que os políticos usam para tentar distinguir entre bons governos e maus governos sempre foram demasiado simplistas. As revoltas no Médio Oriente e no Norte de África deixaram a nu as interesseiras e hipócritas políticas externas dos países que alegam respeitar os direitos humanos. Mas nesses mesmos países, as políticas nacionais que deram origem à atual crise económica e à elevada tolerância das crescentes desigualdades deixam também a nu o seu fracasso na promoção dos direitos humanos nos próprios países. A xenofobia avançou na Europa e nos EUA, com os migrantes a servirem de bodes expiatórios. Os ciganos, que há muito são vítimas de perseguição e marginalização na Europa, e outras vítimas da regeneração urbana, enfrentaram desalojamentos forçados e violência.

A resposta do governo norte-americano à crise económica foi resgatar as instituições financeiras que eram "demasiado grandes para falhar". Mas fizeram-no sem impor quaisquer condições sobre a forma como esse resgate iria funcionar. As pessoas desempregadas, incapazes de obter um seguro de saúde e sob ameaça de desalojamento e de ficarem sem abrigo, sentiram-se traídas. Como escreveu o Nobel Joseph Stiglitz, "Os bancos conseguiram o seu resgate. Parte do dinheiro foi para pagar bónus. Pouco foi para emprestar. Afinal de contas, os banqueiros cuidaram de si próprios e fizeram aquilo que estavam acostumados a fazer."

Aquilo que a crise económica revelou é que o contrato social entre o governo e os governados falhou. Os governos foram, na melhor das hipóteses, indiferentes às preocupações das pessoas e, na pior hipótese, estiveram apenas interessados em proteger os poderosos. As estatísticas que mostram a crescente desigualdade de rendimentos e bens eram prova do fracasso dos governos em cumprir a sua obrigação e garantir o cumprimento progressivo dos direitos económicos e sociais.

À medida que a crise económica se aprofundava em muitos países europeus, as pessoas saíram à rua em manifestações contra a austeridade. Na Grécia, filmagens de vídeo, fotografias, notícias de imprensa e testemunhos oculares provam o repetido uso excessivo da força pela polícia nas manifestações que decorreram em Atenas em junho, incluindo o uso alargado de produtos

químicos contra manifestantes maioritariamente pacíficos. Em Espanha, a polícia usou força excessiva para travar manifestações em que as pessoas exigiam mudanças políticas, económicas e sociais.

Os protestos em curso na Europa e na América do Norte mostraram que as pessoas perderam a fé em governos que, sucessivamente, ignoram a responsabilização, a justiça e a promoção da igualdade.

ENFRENTANDO A TEMPESTADE

Enquanto os manifestantes da Europa e da América do Norte enfrentavam violações da sua liberdade de reunião e, em alguns casos, uso ilegítimo da força por parte de forças policiais que usavam canhões de água e gás lacrimogéneo, noutras partes do mundo a fúria era bem mais elevada. Na Tunísia e no Egito, no Líbano e na Síria, os manifestantes enfrentaram risco de morte, desaparecimentos forçados e tortura para exigir liberdade. Em Homs, os manifestantes enfrentaram tanques, atiradores furtivos, bombardeamentos, detenções e tortura.

A tecnologia moderna impôs alguns limites à atuação da polícia, frequentemente recordada de que as pessoas podem usar telemóveis para registar incidentes de brutalidade policial e publicar as imagens nas redes sociais num instante. Mesmo assim, a polícia fez os possíveis para limitar o escrutínio mediático, intimidar manifestantes, usar gás lacrimogéneo, gás pimenta e bastões. Numa medida particularmente inovadora nos EUA, as autoridades foram desenterrar uma lei do século XVIII contra o uso de máscaras em Nova Iorque para reprimir manifestantes maioritariamente pacíficos.

Seja na Praça Tahrir, Zucotti Park ou na Praça Manezhnaya, um elo comum entre estas manifestações foi a rapidez com que os governos travaram protestos pacíficos e limitaram o direito à liberdade de expressão e associação.

O AUMENTO DO PODER EMPRESARIAL

Poucos cenários ilustraram melhor o fracasso de liderança que a incapacidade dos governos em regular a atividade das grandes corporações, principalmente as multinacionais que frequentemente lucram à custa das comunidades locais. Da Shell no Delta do Níger, na Nigéria, à Vedanta Resources em Orissa, Índia, os governos não estão a garantir que os atores empresariais respeitam, no mínimo, os direitos humanos. Em muitos países, centenas de milhares de pessoas enfrentam desalojamentos forçados à medida que as empresas mineiras avançam para reclamar recursos naturais.

As empresas de tecnologias de informação e telecomunicações estão a ser alvo de maior escrutínio à medida que enfrentam as exigências dos governos para cumprir leis patentemente ilegais que violam os direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade de expressão, informação e privacidade. Existem provas de que empresas ostensivamente dedicadas à liberdade de expressão e partilha de

opiniões (e que dela beneficiam), como o Facebook, Google, Microsoft, Twitter, Vodafone e Yahoo, colaboram com algumas dessas violações.

Sublinhar as ameaças à liberdade de expressão na internet no contexto de revoluções dos direitos humanos não é novidade. Há muito que a Amnistia Internacional documenta a recusa dos governos, como a China, Cuba e Irão, em respeitar a liberdade de expressão e os direitos com ela relacionados na internet. Leis recentemente introduzidas no Congresso dos EUA e na União Europeia ameaçam igualmente a liberdade da internet.

O fracasso dos governos em exigir qualquer tipo de responsabilização a estas empresas e instituições mostra uma vez mais a forma como os governos trabalham para apoiar aqueles que têm poder, em vez de darem poder aos que não o têm.

À PROCURA DE LIDERANÇA

Aquilo que emergiu ao longo de um ano de tumulto, transição e conflito foi o fracasso singular das lideranças a nível nacional e internacional. Os responsáveis de governos repressivos que ignoram o conceito da universalidade dos direitos humanos e alegam que estes não passam de valores ocidentais que lhes estão a ser impostos viram esse argumento ser desmentido. Outros governos que defenderam a ideia de que alguns países "não estão prontos para a democracia e os direitos humanos" também viram esses argumentos desmentidos.

Então, como é que os governos podem reclamar o seu papel de líderes legítimos?

Primeiro, a hipocrisia tem de acabar. Nenhum país pode alegar de forma legítima que o povo que governa não está preparado para os direitos humanos e para um sistema participativo de governo. E aqueles países que alegam defender os direitos humanos devem parar de apoiar ditadores porque são seus aliados. O grito de liberdade, justiça e dignidade que se ouve em todo o mundo deve ser honrado. O primeiro passo para isso é que todos os países respeitem a liberdade de expressão e o direito ao protesto pacífico.

Segundo, os países devem levar a sério as suas responsabilidades no plano internacional – principalmente aqueles encarregados de garantir a paz e segurança internacionais. Um exemplo desse compromisso seria adotar um Tratado de Comércio de Armas forte.

Em julho de 2012, os estados-membros da ONU reúnem-se para aprovar o texto final do Tratado. Um tratado forte evitaria a transferência internacional de todos os tipos de armas convencionais, incluindo armas ligeiras, munições e componentes-chave para países onde houvesse um risco significativo de virem a ser usados para cometer violações graves dos direitos humanos e da lei humanitária. Para o conseguir, o tratado devia exigir que os governos realizassem uma avaliação rigorosa do risco para os direitos humanos antes de

emitirem as licenças de exportação de armas. Isto demonstraria que os governos dão valor aos direitos humanos e à paz e segurança internacionais, em vez de darem primazia aos expedientes políticos e aos lucros do comércio de armas. Um forte Tratado de Comércio de Armas só está tão perto de se tornar realidade porque os ativistas, defensores dos direitos humanos e indivíduos ao nível local, nacional, regional e internacional que reconhecem o incrível balanço do comércio irresponsável de armas exigiram que os governos resolvessem este problema de direitos humanos.

Além disso, deve existir maior supervisão, principalmente por parte das instituições financeiras, para evitar o tipo de crises económicas que continuam a atirar muitas pessoas em todo o mundo para uma pobreza ainda maior. A fraca supervisão e a desregulação permitiram que os bancos e as empresas de crédito jogassem com as poupanças e as casas das pessoas.

Os líderes devem entender o imperativo de construir e manter um sistema que protege aqueles que não têm poder e controla os poderosos – um sistema baseado no Estado de Direito que garanta o fim da impunidade e o respeito pelos padrões internacionais para um processo judicial e um julgamento justos e pela independência do poder judicial, um sistema em que os líderes se lembrem de que estão no poder para agir no melhor interesse dos seus cidadãos. A criação de um ambiente que dê a todos um acesso genuíno à participação na vida política, em que exista um forte apoio institucional ao envolvimento da sociedade civil, é uma forma clara de fazer esta visão criar raízes.

A Amnistia Internacional é fundamentada no entendimento que a liberdade de expressão e a capacidade de desafiar governos e exigir que estes respeitem, protejam e cumpram os direitos humanos é essencial para construir um mundo em que todas as pessoas sejam livres e iguais na dignidade e nos direitos. Os manifestantes lançaram o repto de exigir que os governos demonstrem capacidade de liderança através da promoção dos direitos humanos, da justiça, da igualdade e da dignidade. O mundo mostrou que os líderes que não estão à altura destas expectativas já não são aceites.